

METRO DO PORTO, S.A.

CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO TRIMESTRAL
PERÍODO DE 01 DE OUTUBRO DE 2008 a 31 DE DEZEMBRO DE 2008

METRO DO PORTO, S.A.

CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO TRIMESTRAL

PERÍODO DE 01 DE OUTUBRO DE 2008 a 31 DE DEZEMBRO DE 2008

ÍNDICE

	<u>Pág. n°(s).</u>
1. INTRODUÇÃO	3
2. ASPECTOS RELEVANTES DO EXERCÍCIO	4
3. ANÁLISE DAS CONTAS	
3.1 - Contas de Balanço	6
3.2 - Contas de Resultados	12
4. ANÁLISE DOS ORÇAMENTOS	
4.1 - Orçamento de Investimentos	14
4.2 - Financiamento	16
4.3 - Orçamento de Exploração	16
5. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	17
6. DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS	18
7. PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO	19
8. RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE	20
9. NOTAS FINAIS	20
10. ANEXOS: (Balanço e Demonstração dos Resultados)	22



6

1. INTRODUÇÃO

Apresentamos o relatório do Conselho Fiscal da sociedade "Metro do Porto, S.A.", respeitante ao quarto trimestre de 2008, segundo o estabelecido no Artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto e no Despacho n.º 14 277/2008, do Ministro de Estado e das Finanças, de 14 de Maio, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 99, de 23 de Maio e com o disposto no n.º 2 do Artigo 25.º dos Estatutos.

Pelo Decreto-Lei n.º 71/93, de 10 de Março, foi instituído o primeiro regime jurídico da exploração de um sistema de metro ligeiro na área metropolitana do Porto, consagrando a exploração desse sistema, em regime exclusivo, a uma sociedade anónima de capitais públicos.

Em 06 de Agosto de 1993 foi constituída a sociedade "Metro da Área Metropolitana do Porto, S.A.", cuja firma foi posteriormente alterada para "Metro do Porto, S.A.", tendo por objecto a exploração de um sistema de metro ligeiro na AMP. No âmbito desse objecto compreende-se a construção das infra-estruturas do empreendimento e a aquisição dos equipamentos e material circulante, além da própria exploração já referida.

No desenvolvimento do projecto, foram efectuadas, ao longo dos anos, algumas alterações ao regime jurídico inicial, onde se destaca a publicação do Decreto-Lei n.º 394-A/98, de 15 de Dezembro que revogou o Decreto-Lei n.º 71/93 e criou novos Estatutos para a sociedade. Os Estatutos foram mais tarde reformulados pelo Decreto-Lei n.º 261/2001, de 26 de Setembro, ficando o capital social a ser de € 5 000 000, e a sede a localizar-se na Avenida Fernão de Magalhães, n.º 1 862 - 7º Andar, no Porto. Recentemente, pela Deliberação Social Unânime por Escrito, datada de 25 de Março de 2008, os Estatutos sofreram diversas alterações, das quais salientamos o aumento do capital social de € 5 000 000 para € 7 500 000, a nova estrutura accionista e a reformulação da estrutura da administração e fiscalização, onde se evidencia a substituição do Fiscal Único por um Conselho Fiscal composto por três membros efectivos e um suplente. Os Estatutos foram republicados pelo Decreto-Lei n.º 192/2008, de 1 de Outubro.

Em consequência da mencionada Deliberação Social Unânime por Escrito, a estrutura accionista passou a ter a seguinte composição:

. Estado Português.....	40,0000%
. Área Metropolitana do Porto.....	39,9993%
. Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A.....	16,6667%
. CP - Caminhos de Ferro Portugueses.....	3,3333%
. Câmara Municipal de Gondomar.....	0,0001%
. Câmara Municipal da Maia.....	0,0001%
. Câmara Municipal de Matosinhos.....	0,0001%
. Câmara Municipal do Porto.....	0,0001%
. Câmara Municipal da Póvoa de Varzim.....	0,0001%
. Câmara Municipal de Vila do Conde.....	0,0001%
. Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.....	0,0001%

h

Pelo Decreto-Lei n.º 394-A/98, de 15 de Dezembro, foi instituído um Acordo Parassocial dos accionistas da Metro do Porto, S.A., posteriormente alterado pelo Decreto-Lei n.º 261/2001, de 26 de Setembro. Este Acordo Parassocial encontra-se em fase de revisão.

As bases da Concessão foram estipuladas, por um período de 50 anos, pelo Decreto-Lei n.º 394-A/98, de 15 de Dezembro, com as alterações decorrentes da Lei n.º 161/99, de 14 de Setembro, do Decreto-Lei n.º 261/2001, de 26 de Setembro, do Decreto-Lei n.º 249/2002, de 19 de Novembro, do Decreto-Lei n.º 33/2003, de 24 de Fevereiro, do Decreto-Lei n.º 166/2003, de 24 de Julho, do Decreto-Lei n.º 233/2003, de 27 de Setembro e do Decreto-Lei n.º 192/2008, de 1 de Outubro.

Na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 249/2002, de 19 de Novembro, foi permitida a realização de operações de leasing de equipamento afecto ao sistema.

Em conformidade com a Base XIII, das Bases da Concessão do sistema de metro ligeiro da Área Metropolitana do Porto, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 192/2008, de 1 de Outubro, o financiamento da concessão é assegurado:

- Pelas receitas decorrentes da actividade da concessionária;
- Pelas dotações do Orçamento do Estado, de fundos de origem comunitária, de empréstimos contraídos, de contribuições de capital, de entradas de fundos, suprimentos e prestações acessórias de capital realizadas pelos seus accionistas;
- Eventualmente, por produto de empréstimos a contrair pela empresa.

2. ASPECTOS RELEVANTES DO EXERCÍCIO

-Consideramos relevar as seguintes situações que mais influenciaram a vida da empresa no exercício: as alterações ocorridas ao nível da estrutura societária tal como preconizadas no Memorando de Entendimento de 21 de Maio de 2007, e, ainda no enquadramento desse documento, a apresentação das propostas para o desenvolvimento da 2ª e 3ª Fases de expansão da rede de Sistema de Metro Ligeiro.

-De igual modo significativo foram as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 192/2008, de 01 de Outubro, às Bases da Concessão, das quais salientamos as alterações das Bases VI, XIII, XV e XXI, respectivamente, Características Gerais do Sistema, Financiamento das actividades da Concessionária, Compensações Financeiras e Exploração do Sistema.

-Finalmente, foi aprovada a adjudicação da empreitada da linha de Gondomar, bem como a realização das despesas inerentes à sua concretização.

-De salientar, ainda, que, desde o segundo trimestre do exercício, as demonstrações financeiras da Metro do Porto apresentam uma situação líquida negativa, sendo, em 31 de Dezembro de 2008, negativa de 68,3 milhões de euros, mesmo mantendo as Prestações do Concedente (m€ 478 961) na Situação Líquida. Deste modo, a Empresa não está a cumprir o disposto no Art.º 35.º do Código das Sociedades Comerciais, bem pelo contrário, a situação tende a agravar-se se não forem tomadas medidas adequadas.

-Por outro lado, com a inauguração do troço João de Deus – D. João II, de 716 metros, a linha Amarela passou a ter, a Sul, a nova estação terminal de D. João II. Com esta inauguração o Sistema de Metro Ligeiro passou a ter uma extensão de 59,6 kms servidos por 70 estações.

-Importa, também, referir que, no passado mês de Outubro, foi atingido o recorde histórico mensal com cerca de 5,2 milhões de validações.

-Em 2008, em termos acumulados, registaram-se cerca de 51,5 milhões de validações, um valor 6,9% superior ao registado em 2007.

3. ANÁLISE DAS CONTAS

A Metro do Porto adopta os princípios e critérios constantes do Plano Oficial de Contabilidade e das Directrizes Contabilísticas aplicáveis, impondo-se o princípio contabilístico do custo histórico. A divulgação das demonstrações financeiras adopta, por vezes, com carácter supletivo, as normas internacionais de relato financeiro (IFRS).

Para a valorização dos investimentos financeiros da Empresa é utilizado o método da equivalência patrimonial.

O sistema informático utilizado é um programa da Sage.

Analizamos seguidamente os desvios mais significativos em relação aos saldos do fim do exercício anterior.

3.1 - CONTAS DE BALANÇO

3.1.1 Clientes

(valores em milhares de euros)

	Dezembro/2008	Dezembro/2007
VALORES DEVEDORES		
Por rubricas do balanço		
Clientes, c/c Total	8.176	15.992
Por entidade		
Câmara Municipal do Porto	1.003	929
TIP, ACE	6.013	12.373
EP-Estradas de Portugal, EPE	0	1.619
Outros clientes Total	1.160	1.071
	8.176	15.992
VALORES CREDORES	Dezembro/2008	Dezembro/2007
Por rubricas do balanço		
Adiantamentos de clientes Total	0	15
	0	15
Por entidade		
Redespaço Total	0	15
	0	15
Saldo da conta Clientes	8.176	15.977

O saldo desta conta teve uma diminuição m€ 7 801, em relação a Dezembro de 2007, o que em percentagem são 49%, e que resulta de ter passado de um saldo devedor de m€ 15 977, no fim do exercício de 2007, para um saldo igualmente devedor de m€ 8 176, em 30 de Dezembro de 2008.

Por entidades, com saldos iguais ou superiores a m€ 1 000, temos:

-Câmara Municipal do Porto: o aumento do saldo desta conta no exercício decorre de uma nota de débito emitida pela Metro, no valor de m€ 74.

-TIP-Transportes Intermodais do Porto, ACE: a redução do saldo desta conta até 31 de Dezembro resulta, por um lado, de facturas e notas de crédito emitidas pela Metro, no valor de m€ 29 868, e, por outro, de pagamentos do TIP, no valor m€ 36 228.

-EP-Estradas de Portugal, EPE: a redução a zero do saldo desta conta até 31 de Dezembro resulta do recebimento da dívida desta empresa, no valor m€ 1 619.

3.1.2 Empréstimos Obtidos

O saldo desta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

(Valores em euros)

	Valor em dívida em 31/12/2007	Aumento/redução 1.º 2.º e 3.º trimestres de 2008	Aumento/redução 4.º trimestre de 2008	Valor total utilizado
BEI-Médio e Longo Prazo	743.689.708	0	23.349.361	767.039.069
Financiamento Bancário				
-Médio e Longo Prazo	500.000.000	469.500.000	-2.500.000	967.000.000
BEI-Curto Prazo	0	0	6.650.639	6.650.639
Financiamento Bancário				
-Curto Prazo	311.652.576	-289.266.131	3.040.000	25.426.445
	1.555.342.284	180.233.869	30.540.000	1.766.116.153

Neste quarto trimestre verificou-se um aumento do endividamento bancário da Empresa, no valor de m€ 30 540, que corresponde realmente a um aumento de M€ 30 no BEI e outro aumento de m€ 540 na CGD. Contudo, informamos em pormenor:

No que respeita ao endividamento bancário de médio e longo prazo verificou-se um crescimento de m€ 20 849, que resultou do seguinte:

.m€ 30 000 - Em 29 de Outubro de 2008 foi contratado um financiamento junto do Banco Europeu de Investimento no valor de m€ 60 000, já previsto no orçamento, tendo sido recebidos m€ 30 000, neste trimestre;

.m€ 6 651 - Correspondem à transferência para curto prazo do capital do Banco Europeu de Investimento a amortizar durante o exercício de 2009;

.m€ 2 500 - Referem-se à transferência para curto prazo do capital do Banco Santander Totta/Depfa Bank a amortizar durante o exercício de 2009.

Quanto ao endividamento bancário de curto prazo, registou-se um aumento de m€ 9 691, em resultado dos seguintes movimentos:

.m€ 540 - Utilização respeitante a um contrato de conta corrente, de m€ 10 000, celebrado com a Caixa Geral de Depósitos.

.m€ 6 651 e m€ 2 500 - Transferências do financiamento de médio e longo prazo do Banco Europeu de Investimento e do Banco Santander Totta/Depfa Bank, acima referidas.

O valor de m€ 3 040, apresentado no quadro acima, diz respeito à soma de m€ 540 e m€ 2 500.

Assim, no que respeita ao exercício de 2008, verificou-se um aumento global do endividamento bancário de € 210 774, que se resume no mapa apresentado a seguir:

	Dez/2007	Dez/2008	Varição 2008/2007
BEI-Médio e Longo Prazo	743 689.708	767 039.069	23.349.361
Fin Banc-M e Longo Prazo	500.000.000	967.000.000	467.000.000
BEI-Curto Prazo	0	6.650.639	6.650.639
Fin Banc-Curto Prazo	311.652.576	25.426.445	-286.226.131
	1.555.342.284	1.766.116.153	210.773.869

Nesta rubrica salienta-se, especialmente, a seguinte evolução:

	M€
Passivo de Médio e Longo Prazo - empréstimos obtidos - acréscimo	467
Passivo de Curto Prazo - empréstimos obtidos - redução	286
	Subtotal 181
Incluindo outras variações	30
	Total 211

Tomando em consideração apenas as dívidas às instituições financeiras, conclui-se que estas operações não ultrapassam o défice previsto no orçamento.

Na verdade, o défice previsto era de:

	M€
Saldo dos empréstimos obtidos até 31/12/2007	1 555,342
Défice orçamental aceite para 2008 (17/01/2008)	484,000
	Saldo sem subsídios 2 039,342
Redução dos investimentos previstos	-79,000
	Saldo previsto do défice 1 960,342

E o défice real, em 31/12/2008, foi de:

Saldo dos empréstimos obtidos até 31/12/2008	1 766,116
	Diferença 194,226

O acréscimo da dívida às instituições financeiras está integrado no orçamento para 2008, pelo que consideramos cumprido o disposto no art.º 5º do Acordo Parassocial e o n.º 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 558/99.

3.1.3 Outros Devedores e Credores

Em relação ao exercício anterior, o saldo desta conta teve uma redução m€ 21 992 (9%), que resulta do saldo credor ter passado de m€ 249 171, em 31 de Dezembro de 2007, para m€ 227 179, no fim do exercício de 2008.

(valores em milhares de euros)

	Dezembro/2008	Dezembro/2007
OUTROS DEVEDORES		
Por rubricas do balanço		
Outros devedores	1.740	882
Subscritores de capital	177	177
Total	1.917	1059
Por entidade		
Direcção Geral do Tesouro	1397	532
Outros devedores	520	527
Total	1.917	1.059
	Dezembro/2008	Dezembro/2007
OUTROS CREDITORES		
Por rubricas do balanço		
Outros credores - médio e longo prazo	183.918	209.400
Fornecedores de imobilizado, c/c - curto prazo	28.214	34.937
Outros credores - curto prazo	16.964	5.893
Total	229.096	250.230
Por entidade		
Normetro, ACE	15.451	9.986
Refer, EP	14	1.465
OFM-Obras Públicas Ferroviárias, SA	1.303	1.568
ABB-Alexandre Barbosa Borges, SA	535	1.459
Consulgal, SA	1.455	2.465
Bombardier Transportation Portugal, SA	5.166	15.536
Nortrem, ACE	198.858	213.549
Outros credores	6.314	4.202
Total	229.096	250.230
Saldo da conta Outros devedores e credores	227.179	249.171

Notas:

Outros Devedores

Por entidades, com saldos iguais ou superiores a m€ 1 000, temos:

-Direcção Geral do Tesouro: o aumento de m€ 865, em relação a 31 de Dezembro de 2007, refere-se à dívida relativa ao tarifário social andante.

Outros Credores

Outros credores de médio e longo prazo: inclui apenas o saldo da conta Nortrem, ACE.

Por entidades, com saldos iguais ou superiores a m€ 1 000, temos:

-Normetro, ACE: o saldo desta conta teve um aumento de m€ 5 465, no exercício de 2008, que resulta, por um lado, de facturas e notas de crédito emitidas pelo Normetro, ACE, de m€ 33 959, e, por outro, de pagamentos efectuados pela Metro, no montante de m€ 28 494.

-Refer, EP: esta rubrica teve uma redução de saldo, durante o exercício, no valor de m€ 1 451. Esta variação decorre de facturas emitidas pela Refer, EP, em 2008, no montante de m€ 1, e de pagamentos da Metro, no mesmo período, de m€ 1 452.

-OFM - Obras Públicas Ferroviárias, SA: a redução do saldo até 31 de Dezembro de 2008 verificou-se, por um lado, em resultado de facturas e de notas de crédito emitidas pela OFM, no montante de m€ 7 115, e, por outro, devido a pagamentos da Metro, no valor de m€ 7 380.

-ABB - Alexandre Barbosa Borges, SA: a redução do saldo desta conta até Dezembro de 2008 decorre, por um lado, de facturação do fornecedor no valor de m€ 4 302, e, por outro, de pagamentos efectuados pela Metro, no valor de m€ 5 227.

-Consulgal, SA: a redução neste exercício, de m€ 1 010, resulta de facturação da Consulgal, SA, no valor de m€ 8 609, e de pagamentos efectuados pela Metro, no valor de m€ 9 619.

-Bombardier Transportation Portugal, SA: no exercício de 2008, o saldo desta conta teve uma redução de m€ 10 370, que decorre, por um lado, de facturas emitidas por este fornecedor, no montante de m€ 19 181, e, por outro, de pagamentos da Metro, no valor de m€ 29 551.

-Nortrem, ACE: a redução do saldo até Dezembro de 2008 decorre do pagamento de rendas do leasing dos veículos do metro ligeiro, no valor de m€ 18 767, a que se deduziram m€ 2 862 decorrentes da cobertura eficiente originada por instrumentos financeiros (swaps)

3.1.4 Acréscimos e Diferimentos

O saldo desta rubrica, em 31 de Dezembro de 2008, é de m€ 136 561, sendo de m€ 153 957, em Dezembro de 2007, resultando, portanto, uma diferença de m€ 17 396.

As subcontas desta rubrica apresentam os seguintes valores:

(em m€)				
27-Acréscimos e Diferimentos				
Subcontas	Dezembro 2008	Dezembro 2007	Variação	%
271-Acréscimos de proveitos-saldo devedor	4.336	2.936	1.400	48%
272-Custos diferidos-saldo devedor	236.436	255.251	-18.815	-7%
273-Acréscimos de custos-saldo credor	-24.777	-19.484	-5.293	27%
274-Proveitos diferidos-saldo credor	-79.434	-84.746	5.312	-6%
	136.561	153.957	-17.396	-11%

A variação mais significativa verifica-se na subconta Custos diferidos e refere-se, essencialmente, a rendas dos leasings operacionais dos veículos do metro ligeiro, que tiveram uma redução de m€ 18 767, respeitante à transferência de rendas que constituíram custos do exercício de 2008.

3.1.5 Imobilizações Corpóreas

Em 31 de Dezembro de 2008 o saldo desta rubrica é de m€ 1 647 006, sendo de m€ 1 592 796, em Dezembro de 2007. Teve, portanto, um aumento de m€ 54 211, relativamente a 2007, o que corresponde a cerca de 3%. O aumento registou-se, essencialmente, nas imobilizações corpóreas afectas às linhas azul, verde e amarela e ao Parque de Manutenção e Oficinas de Guifões.

3.1.6 Imobilizações em Curso

Esta rubrica apresenta, em 31 de Dezembro de 2008, um saldo de m€ 254 555, tendo, em Dezembro de 2007, registado m€ 188 124, a que corresponde um aumento de m€ 66 431. Esta variação resulta, por um lado, do aumento de imobilizações em curso, corpóreas e incorpóreas, no valor de m€ 123 810, e, por outro, da transferência para firme de imobilizações corpóreas e incorpóreas afectas aos Projectos M1 e M2, no montante global de m€ 55 823, e à redução dos adiantamentos às empresas OFM, SA, Consulgal, SA e Alberto Mesquita & Filhos, Lda, no valor total de m€ 1 556.

3.1.7 Prestações do Concedente

O saldo desta rubrica é, em Dezembro de 2008, de m€ 478 961, sendo de m€ 471 561 em Dezembro de 2007. O aumento de m€ 7 400 respeita à comparticipação do PIDDAC, para apoio genérico ao Sistema de Metro Ligeiro.

3.2 - CONTAS DE RESULTADOS

3.2.1 Custos e Perdas

3.2.1.1 Fornecimentos e Serviços Externos

As principais diferenças de saldos verificaram-se nas subcontas de Subcontratos e de Conservação e Reparação, conforme quadro e notas a seguir:

(em m€)

31-12-2008	31-12-2007	Diferença	Variação (%)
78.806	79.240	-434	-1%

Há uma leve redução nos fornecimentos, a qual pode ser explicada como se segue:

(em m€)

Descrição	31-12-2008	31-12-2007	Variação
Subcontratos (D)	46.465	47.619	-1.154
Operação Comercial (Normetro)	44.336	45.628	-1.292
Comissão Validação (TIP)	778	727	51
Comissão Rede Vendas (TIP)	712	647	65
Exploração do Funicular dos Guindais	639	617	22
Rendas e Alugueres	16.773	16.493	280
Conservação e Reparação	1.341	274	1.067
Vigilância e Segurança	3.935	4.078	-143
Trabalhos Especializados	8.286	8.096	190

A grande redução registou-se nos custos com a operação comercial que é levada a cabo pela Normetro.

O valor das rendas e alugueres diz respeito às rendas do leasing operacional do material circulante.

3.2.1.2 Impostos

Em Dezembro de 2008, esta rubrica regista o valor de m€ 5 182, a que corresponde um aumento de m€ 2 145 relativamente a Dezembro do exercício anterior (71%).

Este acréscimo respeita, essencialmente, ao imposto do selo sobre juros e contratos, verificado em 2008.

A

3.2.1.3 Amortizações e Ajustamentos do Exercício e Provisões

a) Amortizações

Esta rubrica regista, em 31 de Dezembro de 2008, o valor de m€ 51 888, tendo em Dezembro de 2007 o valor de m€ 50 475. Apurou-se um aumento de m€ 1 414, o que em percentagem são cerca de 3 %. Para esta variação contribuíram, essencialmente, as amortizações de edifícios e outras construções e de equipamento básico, respeitantes às imobilizações que, entretanto, entraram em funcionamento.

As taxas de amortização não tiveram alteração no exercício, aplicando-se o método das quotas constantes. As taxas anuais reflectem o menor período entre o prazo da concessão (50 anos) e a vida útil económica dos bens.

b) Ajustamentos e Provisões

Não se detectaram situações que justificassem a aplicação de ajustamentos.

Já no que respeita a Provisões, a existência de passivos contingentes, obrigou a reforçar o saldo dessa conta, com o valor de m€ 1 862, correspondente a um aumento de 14,8%. Contudo estas provisões, se efectivas, imputar-se-ão ao activo imobilizado.

3.2.1.4 Custos e Perdas Financeiros

O saldo desta rubrica, em 31 de Dezembro de 2008, é de m€ 68 665, apresentando em Dezembro de 2007 o valor de m€ 61 561. Teve um aumento de 12 % em relação a igual período de 2007, o que em valor são cerca de m€ 7 104.

O crescimento do valor desta conta deve-se, especialmente, ao aumento do endividamento bancário da Empresa e à subida das taxas de juro, sobretudo no 1.º semestre de 2008. De referir, que nos últimos meses de 2008 se verificou uma desaceleração das taxas de juro, que proporcionou algum amortecimento do efeito do aumento do endividamento.

3.2.2 PROVEITOS E GANHOS

3.2.2.1 Prestações de Serviços

O saldo desta conta atingiu o valor de m€ 33 988, em 31 de Dezembro, mostrando um aumento de m€ 2 992 em relação a igual período de 2007, o que corresponde a cerca de 10%. Esta variação resulta do efeito conjugado do aumento da procura com a actualização tarifária.

O aumento tarifário foi de 3,91%, no preço dos bilhetes, conforme Despacho Normativo n.º 2/2008, publicado no Diário da República, II série, n.º 7, de 10 de Janeiro.

Nas prestações de serviços estão, ainda, registados os valores de serviços de manutenção, prestados ao abrigo dos contratos de locação operacional celebrados sobre o material circulante, com um valor de m€ 3 827, no final de Dezembro de 2008, e m€ 3 801, em igual período de 2007.

6

Apresentamos, seguidamente, a evolução das prestações de serviços (em m€):

	Dezembro/2008	Dezembro/2007
Transporte de passageiros	29.374	26.555
Manutenção de veículos do metro ligeiro	3.827	3.801
Outras	787	639
	33.988	30.995

3.2.2.2 Subsídios à Exploração

O valor recebido do Estado como Indemnizações Compensatórias foi de 11 133 279 euros, liquidas de IVA, conforme Resolução do Conselho de Ministros n.º 165/2008, publicada no Diário da República, 1.ª Série, n.º 208, de 27 de Outubro.

Há ainda um pequeno subsídio de m€ 4 do IEFP.

3.2.2.3 Trabalhos para a Própria Empresa

Em 2008 os trabalhos para a própria empresa atingiram o valor de m€ 13 611, tendo em 2007 sido reconhecidos m€ 12 128, o que corresponde a um aumento de 12%. A Empresa reconheceu nesta rubrica verbas relativas a Fornecimentos e Serviços Externos, Custos com o Pessoal e Custos Financeiros.

3.2.2.4 Proveitos e Ganhos Financeiros

Os proveitos e ganhos financeiros ascenderam, em 2008, a m€ 2 418, contra m€ 870, em igual período de 2007, evidenciando um aumento de m€ 1 548. Para este desvio contribuíram, fundamentalmente, os juros sobre o saldo da conta de depósitos à ordem no Deutsche Bank (m€ 914), com origem no financiamento M€ 252, obtido no início de 2008 e cuja utilização ocorreu mais tarde. Também contribuíram para esta variação os ganhos em empresas associadas (+ m€ 395) e as reversões de outros proveitos e ganhos financeiros (+ m€ 228).

4. ANÁLISE DOS ORÇAMENTOS

4.1 ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS

Em 2008 a Metro do Porto realizou investimentos no montante de M€ 123,8, que representam 66,6% do orçamento total para 2008, que previa M€ 185,9.

4

Os valores da execução orçamental, mais significativos, ocorreram nas seguintes rubricas:

Rubricas	Valores em M€	
	Execução/Valor	Execução/percentagem
Projecto inicial	4,313	107,3%
Revisão de preços e outros inerentes	33,903	233,0%
Duplicação da linha da Póvoa	4,756	388,9%
Material circulante - duplicações	19,670	46,1%
Outros	23,473	44,4%
Investimentos em conclusão	12,592	30,0 %

Na rubrica Projecto inicial as despesas no montante de m€ 4 313 foram aplicadas nas linhas P (m€ 373), e T (m€ 1 994) e no Parque de Manutenção e Oficinas de Guifões (m€ 3 645). Na linha S verificou-se uma redução (-m€ 1 699). O orçamento desta rubrica foi excedido em 7,3%.

No que respeita à Revisão de preços e outros inerentes verificou-se a realização de m€ 33 903, em 2008, correspondentes a trabalhos a mais (m€ 20 885), revisão de preços (m€ 879) e expropriações (m€ 15 905). Verificou-se também uma redução no sobrecusto Normetro (-m€ 3 766). O orçamento desta rubrica foi excedido em 133,0%.

Na Duplicação da linha da Póvoa foram investidos m€ 4 756, referentes ao sistema (m€ 1 190), expropriações (m€ 2 913), compatibilização urbana (m€ 308), interfaces (m€ 6) e revisão de preços (m€ 339). O orçamento desta rubrica foi excedido em 288,9%.

Na rubrica Material circulante - duplicações o investimento atingiu o montante de m€ 19 670, que corresponde uma execução de 46,1% do valor orçamentado.

A rubrica Outros teve um investimento de m€ 23 473, que corresponde a 44,4% do orçamento desta rubrica para 2008. Para este montante contribuíram trabalhos de compatibilização urbana, infra-estruturas e arruamentos nas linhas A, B, C e D (m€ 7 528), nova fiscalização (m€ 7 204), custos financeiros (m€ 5 158), outros fornecimentos e serviços externos (m€ 1 296), custos com o pessoal (m€ 1 842) e outros pequenos investimentos respeitantes a estudos e projectos e videovigilância de veículos (m€ 445).

No que respeita aos Investimentos em conclusão a despesa orçamental atingiu o montante de m€ 12 592, representando 30,0% do valor previsto. Foi realizado nas adaptações do Parque de Manutenção e Oficinas de Guifões (m€ 7 815), no prolongamento João de Deus - Sto. Ovídio da linha amarela (m€ 4 728) e na eliminação de passagens de nível da linha vermelha (m€ 49).

No total dos investimentos efectuados, em 2008, no valor de M€ 123,8, estão incluídos investimentos realizados que atingiram M€ 5,9, mas que não estavam orçamentados para o exercício de 2008. Incluem estudos, projectos, fiscalização, sobrecustos acordados com a Normetro, ACE, no valor de M€ 4,2, nas obras da ponte D. Luís e outros de pequena relevância.

Também estão incluídos M€ 11,3 respeitantes ao troço Dragão-Venda Nova, não orçamentados, em 2008, mas cujo investimento já foi aprovado pela Tutela, em 22 de Setembro de 2008, por Despacho Conjunto dos Ministérios das Finanças e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Em 2007 o investimento da Metro do Porto atingiu o montante de M€ 81,7.

O investimento no Sistema de Metro Ligeiro da Área Metropolitana do Porto, em termos acumulados, atingiu até 31 de Dezembro de 2008 o montante de M€ 2 236 (M€ 1 986 líquidos da alienação do material circulante original).

4.2 FINANCIAMENTO

Para 2008 foram orçamentados m€ 235 093, de diversas proveniências, para o financiamento dos projectos aprovados.

4.3 ORÇAMENTO DE EXPLORAÇÃO

Apresentamos agora o seguinte quadro relativo à exploração:

Orçamento de Exploração/2008

DESCRIÇÃO	(em euros)			
	Orçamento 2008	Real 2008	Desvios	Execução %
Custos e Perdas				
Fornecimentos e serviços externos	77.118.640	78.805.574	1.686.934	102%
Custos com o Pessoal	6.490.433	5.886.115	-604.318	91%
Outros custos e perdas operacionais	3.005.000	5.202.804	2.197.804	173%
Amortizações e ajustamentos do exercício	65.991.266	51.888.286	-14.102.980	79%
Custos e perdas financeiros	67.801.564	68.664.998	863.434	101%
Custos e perdas extraordinários	35.000	40.467	5.467	116%
Imposto s/o rendimento exercício	29.000	28.947	-53	100%
Total de custos e perdas	220.470.903	210.517.191	-9.953.712	95%
Proveitos e ganhos				
Vendas				
Prestações de serviços	34.375.259	33.987.943	-387.316	99%
Proveitos suplementares	0	30.250	30.250	
Subsídios à exploração (a)	246.033.000	11.137.662	-234.895.338	5%
Trabalhos para a própria empresa	12.466.387	13.610.787	1.144.400	109%
Proveitos e ganhos financeiros	112.000	2.417.568	2.305.568	2159%
Proveitos e ganhos extraordinários	0	713.782	713.782	
Total de proveitos e ganhos	292.986.646	61.897.992	-231.088.654	21%
Variação da produção				
Resultado líquido do exercício	72.515.743	-148.619.199	-221.134.942	-205%

(a) Discriminação:

IC's pelo serviço de transporte	M€ 156
Renda pela disponibilização da infra-estrutura	M€ 90
Total	M€ 246

No que respeita aos principais desvios percentuais importa referir:

- Amortizações e Ajustamentos do Exercício: Verificou-se um desvio para menos de 21% em relação ao orçamentado. No entanto, em relação a 2007, observou-se um aumento de m€ 1 414, que corresponde a mais 3 %. Para esta variação concorreram, essencialmente, as amortizações de edifícios e outras construções e de equipamento básico, respeitantes às imobilizações que, entretanto, entraram em funcionamento. Assim, o desvio para menos resulta do valor excessivo que foi considerado no orçamento de 2008.

- Subsídios à Exploração: Tinham sido orçamentados nesta rubrica os seguintes subsídios à exploração:

	M€
Exploração do Sistema de Metro Ligeiro	156,058
Compreende as Indemnizações Compensatórias pelo serviço de transporte, que abrange o exercício de 2008 e acertos de diversos exercícios anteriores	
Renda pela disponibilização da infraestrutura	89,974
Abrange a renda real que permitiria anular os resultados líquidos no conjunto dos próximos 25 anos	
Total	246,032
Desta importância, apenas foram recebidos M€ 11,137, sendo como indemnizações compensatórias pelo serviço de transporte M€ 11,133 e do IEPF m€ 4	11,137
Insuficiência real dos subsídios à exploração relativamente aos orçamentados	234,895

Face ao quadro acima e respectivas notas verifica-se que o orçamento não foi ultrapassado.

Na verdade, quer os custos e perdas, quer os proveitos e ganhos ficaram aquém do que tinha sido previsto, mas as razões dessa situação estão, no nosso entendimento, perfeitamente justificadas acima.

5. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

5.1 SITUAÇÃO ECONÓMICA

A Empresa registou, no final do mês de Dezembro, um resultado líquido negativo de m€ 148 619, que constitui um agravamento de m€ 3 431, relativamente ao exercício de 2007, o que representa 2%.

Neste exercício, os proveitos totais atingiram o valor de m€ 61 898, que corresponde a um aumento de 11%, relativamente a igual período de 2007, em que totalizaram m€ 55 536.

No mesmo período, a Empresa registou custos totais no montante de m€ 210 488, apresentando um crescimento de 5% em relação a Dezembro de 2007.

h

Verificou-se um desagravamento de 3% nos resultados operacionais, dado que variaram de m€ 85 418, negativos, em 2007 para um montante de m€ 83 016, igualmente negativo, em 31 de Dezembro de 2008.

Para o aumento dos resultados líquidos negativos totais contribuíram, essencialmente, os Impostos (+ m€ 2 145), as Amortizações e Ajustamentos do Exercício (+ m€ 1 414), os Custos e Perdas Financeiros (+ m€ 7 104). Em sentido inverso assinala-se, especialmente, o aumento do valor das Prestações de Serviços (+ m€ 2 992), dos Trabalhos para a Própria Empresa (+ m€ 1 483) e dos Proveitos e Ganhos Financeiros (+ m€ 1 548).

5.2 SITUAÇÃO FINANCEIRA

A Situação Líquida da empresa é crescentemente negativa, em consequência dos resultados líquidos negativos apurados nos sucessivos exercícios. A Situação Líquida é negativa de m€ 68 301, em 31 de Dezembro de 2008, mesmo não reconhecendo, no Passivo, as Prestações do Concedente (m€ 478 961). Esta realidade coloca a empresa na situação de incumprimento do disposto no Artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais.

O Passivo que atingiu, em 2008, o montante de m€ 2 129 309, sofreu um aumento de cerca de 10% em relação a 2007. Esta variação resultou, essencialmente, por um lado, do aumento de dívidas bancárias de médio e longo prazo (+ m€ 490 349), de outros credores de curto prazo (+ m€ 11 071) e de acréscimos de custos (+ m€ 5 293), e, por outro, da redução de dívidas bancárias de curto prazo (- m€ 279 576), de outros credores de médio e longo prazo (- m€ 25 482), de fornecedores, c/c (- m€ 3 799), de fornecedores de imobilizado c/c (- m€ 6 723) e de proveitos diferidos (- m€ 5 312), para além de outras pequenas variações de saldos.

O auto-financiamento neste exercício foi negativo de m€ 96 731, sendo em Dezembro de 2007, também negativo, de m€ 94 714.

6. DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

6.1 INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão, do exercício de 2008, foi elaborado pelo Conselho de Administração da Metro do Porto, SA, dentro dos prazos legais.

Este documento contém uma exposição detalhada da actividade anual e da situação económica e financeira da sociedade.

A elaboração do balanço, das demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e da demonstração dos fluxos de caixa e dos respectivos anexos obedeceu aos princípios e normas do Plano Oficial de Contabilidade e das Directrizes Contabilísticas, apresentando valores consistentes com os registos contabilísticos.

O Conselho Fiscal tomou, também, conhecimento da Certificação Legal das Contas, datada de 5 de Março de 2009, elaborada pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, membro deste órgão social, que mereceu a concordância de todos os presentes.

A Certificação Legal das Contas apresenta a seguinte reserva:

“A Empresa reconhece os apoios e subsídios recebidos do Estado e da União Europeia em relação com activos na conta Prestações do Concedente (Alínea 4 da Base XXVII) incluída na Situação Líquida. Atendendo à recomendação do Tribunal de Contas e demais circunstâncias descritas na nossa Certificação Legal das Contas para o exercício de 2007, relativas ao enquadramento contabilístico dos mencionados apoios e subsídios, em nosso entendimento, estes subsídios serão considerados como subsídios ao investimento e obter o tratamento contabilístico normal característico destas situações. A importância acumulada na conta Prestações do Concedente é, em 31 de Dezembro de 2008, de Euros 478 961 360 (Euros 471 561 360, em 2007).”

Apresenta, também, as seguintes ênfases:

“A Empresa, encontra-se na situação de incumprimento do Artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais. O Conselho de Administração através do Relatório de Gestão no seu ponto 8.4, informa a Assembleia Geral e propõe soluções para solucionar o mencionado incumprimento.”

“Embora não pondo em causa a continuidade das operações, atendendo a inúmeros aspectos, dos quais imediatamente ressalta a garantia do financiamento do Estado, chamamos a atenção para duas condicionantes do equilíbrio financeiro da Empresa: o atraso na definição quanto ao modelo de financiamento do Projecto e a não formalização de contratos-programa que fixem a compensação financeira a atribuir pelo Concedente à Concessionária.”

6.2 APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A proposta, contida no Relatório de Gestão, de transferir o saldo negativo do resultado líquido do exercício, de 148 619 199 euros, para a conta “Resultados Transitados”, mereceu o parecer favorável deste Conselho Fiscal.

7. PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de Março aprovou, no seu ponto 1, os princípios do bom governo das empresas do Sector Empresarial do Estado, nos quais se integra a obrigação de estas empresas incluírem nos seus relatórios de gestão um ponto relativo ao governo das sociedades

Dando cumprimento a esta determinação o Conselho de Administração da Metro do Porto integrou no Relatório de Gestão o capítulo 7 abordando alguns desses princípios, nomeadamente, os regulamentos internos e externos a que a Empresa está sujeita; a base dos poderes de autoridade de que a Empresa dispôs, e a informação sobre diversas transacções em que a Empresa não pôde seguir as regras normais de aquisição de bens e serviços, dada a urgência e complexidade na execução de alguns trabalhos.

4

Além disso, informa que muitos desses princípios estão inseridos em outros capítulos do Relatório de Gestão, e, sobretudo, no Relatório de Sustentabilidade.

No subcapítulo 7.4 do Relatório de Gestão, o Conselho de Administração informa que (i) muitos dos princípios de bom governo já eram prosseguidos na Empresa, antes da legislação a isso obrigar, e que (ii) procurou, em relação aos restantes, implementar as medidas necessárias ao seu cumprimento, o que em geral conseguiu, como o comprovam as informações contidas no Relatório de Gestão e no Relatório de Sustentabilidade.

Completa este subcapítulo 7.4 uma listagem da localização da informação publicada.

Face à situação descrita, entendemos que, dadas as condições referidas, o Conselho de Administração merece uma apreciação positiva à sua actividade.

8. RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

A Empresa apresentou o seu Relatório de Sustentabilidade baseado na Carta de Sustentabilidade da UITP - União Internacional de Transporte Público.

Trata-se de um relatório autónomo, mas que integra os documentos de prestação de contas do exercício de 2008 da Metro do Porto, SA.

Este relatório (i) constitui uma descrição exaustiva dos aspectos essenciais da gestão da Empresa, (ii) abrange a informação detalhada dos princípios de bom governo cuja divulgação é legalmente exigida, (iii) completa, de forma muito desenvolvida, o capítulo 7 do Relatório de Gestão - Princípios de Bom Governo.

O Conselho Fiscal, após análise atenta desse documento, dá o seu parecer favorável ao conteúdo do Relatório de Sustentabilidade.

9. NOTAS FINAIS

9.1 No que respeita ao cumprimento do Artigo 5º do Acordo Parassocial, foram detectadas algumas situações muito pouco relevantes, nomeadamente as seguintes:

- a) Investimentos indicados no orçamento de 2008, mas ainda não aprovados pela Tutela à data da elaboração desse documento : Linha Dragão - Venda Nova, no valor global de m€ 18 300 para 2008. A adjudicação desta linha foi, entretanto, aprovada pela Tutela, por Despacho Conjunto do Ministério das Finanças e do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações em 22 de Setembro de 2008, tendo sido já investidos, em 2008, m€ 11 341.
- b) Investimentos, no montante global de m€ 4 897, não incluídos no orçamento para 2008, respeitantes a sobrecustos de m€ 4 219, acordados com a Normetro, ACE, na obra da ponte D. Luís e a outros pequenos investimentos no montante de m€ 678.

9.2 Importa referir que, apresentando a Metro do Porto uma Situação Líquida negativa desde 30 de Junho de 2008, o cumprimento rigoroso do Artigo 5º do Acordo Parassocial, inviabilizaria a gestão corrente da Empresa. Assim, é importante a conclusão da revisão do Acordo Parassocial, no que diz respeito ao seu Artigo 5º.

Não ocorreram, em relação ao endividamento bancário, situações de incumprimento da legislação que tivesse imposto o pedido prévio de autorização ao Estado, porquanto, todos os financiamentos estavam a coberto do orçamento da sociedade.

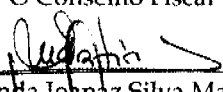
9.3 Ainda não foi estabelecido com a Empresa um contrato-programa, ou contrato de serviço público, segundo o disposto na Base XV das Bases da Concessão, em que o Estado atribuirá à Empresa compensações financeiras, pela prestação de serviço de interesse geral. Esta situação tem provocado acumulação de prejuízos anuais que a sociedade dificilmente terá capacidade de suportar. O auto-financiamento, neste exercício, foi negativo no montante de m€ 96 731.

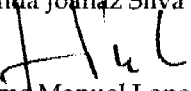
9.4 Tendo em consideração o elevado passivo financeiro, resultante da construção das infraestruturas da primeira fase do sistema de metro ligeiro do Porto, que não dispuseram do necessário financiamento próprio, esperamos que, a breve prazo, sejam tomadas medidas, que resolvam este sério problema, com reflexos fortemente negativos nos custos financeiros e na Situação Líquida da Empresa.

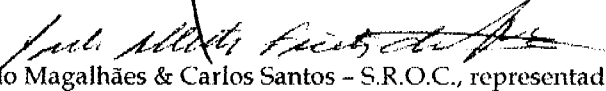
9.5 Pelo facto de registar capitais próprios negativos no valor de m€ 68 301, em 31 de Dezembro de 2008, apesar de incluírem as Prestações do Concedente no valor de M€ 478,961, a Empresa, não está a cumprir com o Art.º 35.º do Código das Sociedades Comerciais, situação que exigirá a devida atenção dos accionistas.

Porto, 5 de Março de 2009

O Conselho Fiscal


Dra. Maria Fernanda Joanaz Silva Martins - Presidente


Dr. Guilherme Manuel Lopes Pinto - Vogal


António Magalhães & Carlos Santos - S.R.O.C., representada
por Dr. Carlos Alberto Freitas dos Santos - R.O.C. nº177 - Vogal

10. ANEXOS: BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Handwritten marks, possibly initials or a signature, located in the bottom left corner of the page.

EMPRESA: METRO DO PORTO, S.A.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

Unidade:EUROS

Codigo das contas	Activo	2008			2007
		AB	AA	AL	AL
	Imobilizado:				
	Imobilizações incorpóreas:				
431	Despesas de instalação	84.533.605	7.785.877	76.747.728	75.518.629
432	Despesas de investigação e desenvolvimento				
433	Propriedade industrial e outros direitos				
434	Trespases.....				
441/6	Imobilizações em curso.....	97.274.282		97.274.282	85.245.409
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas.....				
		181.807.887	7.785.877	174.022.010	160.764.038
	Imobilizações corpóreas:				
421	Terrenos e recursos naturais	136.469.819		136.469.819	122.692.696
422	Edifícios e outras construções	1.265.570.293	150.025.852	1.115.544.441	1.139.271.583
423	Equipamento básico	234.155.343	30.523.806	203.631.537	189.768.267
424	Equipamento de transporte	1.009.506	735.522	273.984	525.623
425	Ferramentas e utensílios	281.642	270.446	11.197	34.274
426	Equipamento administrativo.....	2.687.933	2.471.458	216.475	230.733
427	Taras e vasilhame.....				
429	Outras Imobilizações Corpóreas.....	6.831.917		6.831.917	6.063.305
441/6	Imobilizações em curso.....	157.280.285		157.280.285	101.321.308
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas.....				1.557.234
		1.804.286.739	184.027.085	1.620.259.655	1.561.465.023
	Investimentos financeiros				
4111	Partes de capital em empresas do grupo.....	1.467		1.467	2.189
4121+4131	Empréstimos a empresas do grupo.....				
4112	Partes de capital em empresas associadas.....	324.320		324.320	168.551
4122+4132	Empréstimos a empresas associadas.....				
4113+414+415	Titulos e outras aplicações financeiras.....				
	Outros empréstimos concedidos.....				
441/6	Imobilizações em curso.....				
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros.....				
		325.788		325.788	170.740
	Circulante:				
	Existências				
36	Matérias-primas,subsidiárias e de consumo.....				
35	Produtos e trabalhos em curso.....				
34	Subprodutos,desperdícios,resíduos e refugos.....				
33	Produtos acabados e intermédios.....				
32	Mercadorias.....				
37	Adiantamentos por conta de compras.....				
	Dividas de terceiros - Curto prazo				
211	Clientes c/c.....	8.176.441		8.176.441	15.992.485
212	Clientes - Titulos a Receber.....				
218	Clientes de cobrança duvidosa.....				
253+254	Empresas participadas e participantes.....	28.675		28.675	28.675
251+255	Outros Accionistas (sócios).....	1.784		1.784	1.784
229	Adiantamentos a fornecedores.....	284.078		284.078	601.071
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado.....				
24	Estado e outros entes públicos.....	14.070.512		14.070.512	10.455.336
262+266/8+221	Outros devedores.....	1.739.794		1.739.794	882.385
264	Subscritores de capital.....	177.250		177.250	177.250
		24.478.533		24.478.533	28.138.986
	Titulos negociáveis:				
1511	Ações em empresas do grupo.....				
1521	Obrigações e tit. de participação em empresas do grupo.....				
1512	Ações em empresas associadas.....				
1522	Obrigações e tit. de participação em empresas associadas.....				
1513+1523+153/9	Outros titulos negociáveis.....				
18	Outras aplicações de tesouraria.....				
	Depósitos bancários e caixa				
12+13+14	Depositos bancarios.....	1.148.694		1.148.694	3.292.822
11	Caixa.....	1.520		1.520	1.526
		1.150.214		1.150.214	3.294.349
	Acrescimos e diferimentos:				
271	Acrescimos de proveitos.....	4.336.225		4.336.225	2.935.787
272	Custos diferidos.....	236.435.695		236.435.695	255.250.638
		240.771.920		240.771.920	258.186.425
	Total de amortizações.....		191.812.962		
	Total dos ajustamentos.....				
	Total do activo	2.252.821.081	191.812.962	2.061.008.120	2.012.019.560



EMPRESA: METRO DO PORTO, S.A.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008		Unidade:EUROS	
Código das Contas	Situação líquida e passivo	2008	2007
	Situação líquida		
51	Capital.....	7.500.000	5.000.000
521	Acções (quotas) próprias- Valor nominal.....		
522	Acções (quotas) próprias- Descontos e prémios.....		
53	Prestações acessórias.....	179.033	179.033
54	Prémios de emissão de acções (quotas).....		
55	Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas.....	54.687	54.687
56	Reservas de reavaliação.....		
	Reservas:		
571	Reservas legais.....		
572	Reservas estatutárias.....		
573	Reservas contratuais.....		
574 a 579	Outras reservas.....		
59	Resultados transitados.....	(406.377.060)	(261.188.494)
	Subtotal.....	(398.643.340)	(255.954.773)
88	Resultado Líquido do exercício.....	(148.619.199)	(145.188.566)
89	Dividendos antecipados.....		
	Subtotal.....	(547.262.539)	(401.143.340)
581	Prestações do concedente (Al 4 da Base XXVIII).....	478.961.360	471.561.360
	Total da situação líquida.....	(68.301.179)	70.418.021
	Passivo		
	Provisões:		
291	Provisões para pensões.....		
292	Provisões para impostos.....		
293-8	Outras provisões.....	14.417.825	12.556.296
		14.417.825	12.556.296
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:		
	Empréstimos por obrigações:		
2322	Não convertíveis.....		
233	Empréstimos por títulos de participação.....		
231+12	Dívidas a instituições de crédito.....	1.734.039.069	1.243.689.708
269	Adiantamentos por conta de vendas.....		
251+255	Outros accionistas (socios).....		
239	Outros empréstimos obtidos.....		
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c.....		
262/8+211	Outros credores.....	183.917.812	209.400.379
		1.917.956.881	1.453.090.086
	Dívidas a terceiros - Curto prazo:		
	Empréstimos por obrigações:		
2322	Não convertíveis.....		
233	Empréstimos por títulos de participação.....		
231+12	Dívidas a instituições de crédito.....	32.077.084	311.652.576
269	Adiantamentos por conta de vendas.....		
221	Fornecedores, c/c.....	15.242.074	19.041.375
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência.....		
222	Fornecedores - Títulos a pagar.....		
2612	Fornecedores de imobilizado - Títulos a pagar.....		
252	Empresas do grupo.....		
253+254	Empresas participadas e participantes.....		
251+255	Outros accionistas (socios).....		
219	Adiantamentos de clientes.....		14.640
239	Outros empréstimos obtidos.....		
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c.....	28.213.983	34.937.457
24	Estado e outros entes públicos.....	226.691	386.071
262/8+211	Outros credores.....	16.963.896	5.893.255
		92.723.728	371.923.373
	Acrescimos e diferimentos:		
273	Acrescimos de custos.....	24.776.715	19.483.701
274	Provetos diferidos.....	79.434.150	84.746.084
		104.210.864	104.229.784
	Total do passivo.....	2.129.309.299	1.941.801.540
	Total da situação líquida e do passivo.....	2.061.008.120	2.012.219.560

EMPRESA: METRO DO PORTO, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

Unidade: EUROS

Código das contas		2008		2007	
	Custos e perdas				
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias.....				
	Matérias.....				
62	Fornecimentos e serviços externos.....		78.805.574		79.239.946
641+642	Custos com o pessoal:				
	Remunerações.....	4.606.879		4.879.916	
	Encargos sociais:				
643+644	Pensões.....				
645/8	Outros.....	1.279.236	5.886.115	1.420.764	6.300.680
662+663	Amortizações do imobilizado corporeo e incorporeo	51.888.286		50.474.559	
67	Provisões.....		51.888.286		50.474.559
63	Impostos.....	5.182.173		3.037.398	
65	Outros custos e perdas operacionais.....	20.632	5.202.804	11.340	3.048.738
	(A).....		141.782.780		139.063.923
682	Perdas em empresas do grupo e associadas.....		722		108.350
683+684	Amort. e provisões de aplicações e inv. financeiros				
681+685/8	Juros e custos similares				
	Relativo a empresas do grupo.....			61.453.001	61.453.001
	Outros.....	68.664.276	68.664.276		
	(C).....		210.447.778		200.625.274
69	Custos e perdas extraordinarios.....		40.467		60.312
	(E).....		210.488.244		200.685.585
86	Imposto sobre o rendimento do exercicio.....		28.947		38.636
	(G).....		210.517.191		200.724.221
88	Resultado liquido do exercicio.....		(148.619.199)		(145.188.566)
			61.897.992		55.535.655
	Proveitos e ganhos				
71	Vendas				
	Mercadorias.....				
	Produtos.....				
72	Prestações de serviços.....	33.987.943	33.987.943	30.995.470	30.995.470
75	Variacao da producao				
	Trabalhos para a propria empresa.....		13.610.787		12.127.902
73	Proveitos suplementares.....	30.250		163.185	
74	Subsidios a exploração.....	11.137.662		10.358.990	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais.....		11.167.912		10.522.173
	(B).....		58.766.642		53.645.546
782	Ganhos em empresas do grupo e associadas.....	441.273		46.053	
784	Rendimentos de participacoes de capital.....				
7812+7815/6+783	Rendimentos de titulos negociaveis e de outras aplic. financeiras				
	Relativo a empresas do grupo.....				
	Outros.....				
7811+7813/4+7818+785/8	Outros juros e proveitos similares				
	Relativo a empresas do grupo.....			823.451	869.504
	Outros.....	1.976.296	2.417.569		
	(D).....		61.184.210		54.515.049
79	Proveitos e ganhos extraordinarios.....		713.782		1.020.606
	(F).....		61.897.992		55.535.655
	RESUMO:				
	Resultados operacionais : (B) - (A) =		(83.016.138)		(85.418.377)
	Resultados financeiros : (D-B) - (C-A) =		(66.247.430)		(60.691.847)
	Resultados correntes : (D) - (C) =		(149.263.568)		(146.110.225)
	Resultados antes de impostos : (F) - (E) =		(148.590.252)		(145.149.930)
	Resultado liquido do exercicio : (F) - (G) =		(148.619.199)		(145.188.566)

[Handwritten signature and initials]